

# Em Tese

## A LUTA PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO RESISTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA: ENTREVISTA COM O CACIQUE LUIZ KATU

The struggle for indigenous school education as epistemological resistance: interview with Chief Luiz Katu

### Entrevistado

**Cacique Luiz Katu (José Luiz Soares)**

Licenciado em Pedagogia

Professor da Escola Municipal Indígena João Lino

Canguaretama/RN, Brasil


luiz.catu@yahoo.com.br

**Samuel Penteado URBAN**

Doutor em Educação Científica e Tecnológica

samuelurban@uern.br

<https://orcid.org/0000-0002-0037-5270> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

**Palavras-Chave:** Educação Indígena. Resistência Epistemológica. Educação Popular.

**Keywords:** Indigenous Education. Epistemological Resistance. Popular Education.



# 1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal do desenvolvimento da entrevista com o Cacique Luiz Katu (José Luiz Soares) foi o de conhecer a luta pela educação escolar indígena no estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente no que se refere ao Ensino Fundamental. E isso tem a ver com a denúncia de uma situação desumanizante, e que gerou o anúncio por meio de uma resistência epistemológica.

Cacique Luiz Katu recebeu o entrevistador, de forma virtual, em 27 de maio de 2020. Cabe destacar, que o diálogo com o Cacique foi orientado pelas diretrizes da entrevista semiestruturada e, assim, contou com um roteiro de questões previamente formuladas pelo entrevistador. A entrevista foi dividida em quatro temas (questões): relação do entrevistado com a educação, início das atividades no magistério, luta pela educação indígena na Aldeia e no estado do Rio Grande do Norte e, por fim, questões pontuais acerca da escola existente na Aldeia.

A respeito do tema abordado na presente entrevista, cabe destacar que legalmente a educação indígena está assegurada pela Constituição Federal de 1988, mais especificamente no 2º parágrafo do artigo 210, onde há a seguinte afirmação: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

No entanto, em função do Brasil ser uma recém democracia; somado ao fato de estar submetido ao poder das oligarquias locais que ocupam o poder público - denominadas por Souza (2017) como “elite do atraso” -, em consonância como a religião judaico-cristã, que trazem consigo o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado; essa educação indígena não tem sido posta em prática em várias partes do país, sendo necessárias constantes lutas para que de fato haja a efetivação do que se apresenta na lei.

E o que almejam as classes dominantes/elite do atraso com a não aplicação da lei?

Com base em Gramsci (1989, 2002), sendo a escola o mecanismo de manutenção da ideologia burguesa, ou seja, da hegemonia política da classe burguesa dominante, essa educação, que é antipopular, visa reproduzir seu ideário de classe, bem como o patriarcado e o colonialismo, se acrescentarmos as contribuições de Santos (2019).

Nesse sentido, com base em Martins (2016, p. 54) essas ações educativas (antipopulares) são realizadas na “perspectiva da conservação das relações sociais, pois



visam educar indivíduos e grupos sociais para que se integrem harmonicamente na realidade, não reconhecendo as contradições presentes”.

Em outras palavras, segundo Freire (2010, p. 17), as classes dominantes objetivam formar “(...) seres passivos e dóceis, pois assim são vistos e assim são tratados, os alunos devem ir recebendo aquela ‘transfusão’ alienante da qual, por isto mesmo, não pode resultar nenhuma contribuição ao processo de transformação da realidade”.

Cabe destacar também, que essa perspectiva educacional antipopular caracteriza-se pelo ato mecânico de depositar o saber nos educandos, sendo estes considerados meros receptores de informações (FREIRE, 2010), bem como por não ter como ponto de partida a prática social, desconsiderando, assim, toda uma multiplicidade de saberes experienciais dos indivíduos, gerando o que Santos e Menezes (2009, p. 11) apresentam por “universalidade descontextualizada”. Neste caso, há, então, a “negação da palavra” (FREIRE, 2010).

Para Silva (2016), com base em Freire (1987, 2010), tem-se aqui a grande contradição da sociedade burguesa: a tentativa de homogeneização da cultura, adotando apenas a cultura ocidental como única e verdadeira, com o objetivo de legitimar as desigualdades. Nesse sentido, Santos e Menezes (2009, p. 13) afirmam que a “epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assentada na ideia de um pensamento abissal”.

Com isso, no caso do estado do Rio Grande do Norte, é possível observar na presente entrevista essa homogeneização cultural, que se dá por meio da tentativa de não se colocar em prática a educação escolar indígena, da tentativa de apagamento da cultura indígena no estado, bem como da tentativa de se impor aspectos relacionados à religião cristã, predominante no país, e a formação de mão-de-obra barata.

Assim, é possível afirmar que essas lutas educacionais - apontadas pelo Cacique Luiz Katu - fazem parte de uma resistência epistemológica, pois lutam por uma educação como expressão de uma “Cultura Rebelde”, isto é, “Uma radicalidade compreendida no sentido etimológico da palavra: referente à raiz, à origem (...), referentes à resistência e à construção contra-hegemônica na perspectiva da autonomia dos sujeitos no processo histórico” (BRANDÃO, ASSUMPÇÃO, 2009, p. 47).

Ainda segundo Brandão e Assumpção (2009, p. 94), essa resistência “pretende ser ‘uma outra educação viável’. Sim, uma outra concepção, uma alternativa. Um projeto múltiplo, mas convergente em ser o de uma educação francamente oposta a toda a criação de pessoas, de vocações e de identidades regidas pelo mercado”.



Por fim, cabe aqui externalizar uma citação de Santos (2010, p. 40) que se relaciona intimamente com todo esse processo de resistência educacional epistemológica: “A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem-sucedida esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós abissal”.

## 2 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM CACIQUE LUIZ KATU

**Entrevistador:** Professor Cacique Luiz, eu dividi o roteiro da entrevista em quatro partes (questões): na primeira delas vamos tratar da sua relação com a educação, na segunda sobre o início de suas atividades no magistério, em terceiro sobre a luta pela educação indígena na Aldeia e no estado do Rio Grande do Norte e, por fim, questões pontuais acerca da escola existente na Aldeia.

**Entrevistador:** Eu gostaria que o senhor falasse sobre sua relação com a educação, trazendo as dificuldades enfrentadas. Se puder falar desde a infância, será bem interessante.

**Cacique Luiz Katu:** A minha infância foi aquela infância na Aldeia, aprendendo junto com meus pais. E quando eu completei 7 anos de idade, exatamente 7 anos, foi que eu fui para a primeira escola, né. Porque eles me colocaram [na escola] apesar do meu pai nunca ter ido à escola e nem minha mãe. Eles não tem registro de que foram em uma escola formal. Os dois com relação ao letramento e o numeramento são analfabetos. Eles não frequentaram a escola, mas eles tiveram essa preocupação quando se falou que tinha uma escola na Aldeia, de me colocar para ir para escola. Só que eu não me adaptava. A última pesquisa que eu fiz com relação ao meu período de estudo, eu entrei na escola com 7 anos no primeiro, no primeiro ano. Eu passei quatro anos na primeira série do Ensino Fundamental, que se chamava primeira série<sup>1</sup>. Então, eu até peguei uma cópia da minha ficha, e vi que tinha repetido quatro anos do primário. Quando acontecia isso com o aluno na minha época, ele saía e resolvia, a partir daí, plantar batata para o resto da vida. Plantar batata e também era recrutado pelas usinas e fazendas de cana-de-açúcar. Elas aproveitavam, né, esses jovens, que não estavam mais estudando para recrutar eles para trabalhar no plantio, na adubação, na limpeza e no corte da cana-de-açúcar. Inclusive, eu

---

<sup>1</sup> Atualmente, se refere ao segundo ano do Ensino Fundamental.

comecei a fazer isso, cortar, adubar e limpar a cana-de-açúcar, mas eu não deixei de estudar mesmo com essa repetição grande né, de ano 4 anos na primeira série, eu não parei. E aí eu continuei estudando, depois que eu passei nesses quatro anos da primeira série, eu consegui avançar. A partir daí, eu já trabalhava juntamente com meu pai ajudando ele na lavoura, a plantar macaxeira, batata e algumas hortaliças. E também ajudava aí quando ele conseguia uma empreitada né, com esse pessoal das canas para fazer a limpeza da cana-de-açúcar. Até a quarta série, ou seja, até a terceira série do Ensino Fundamental eu estudei dentro da Aldeia. Só que no meu período não tinha mais a quarta série do primário na Aldeia, não tinha essa quarta série pelo número pequeno de alunos que estudavam. Então a Prefeitura Municipal de Canguaretama não aceitou formar uma turma. Aí a gente teve que quem quisesse fazer a quarta série, tinha que estudar no centro urbano de Canguaretama<sup>2</sup>. Então, aí tinha uma caminhonete, um carro com carroceria, uma caminhonete, e à noite né, é o estudo à noite. A gente saía seis horas da noite para o centro de Canguaretama, e retornávamos às 11 horas [da noite]. Então, esse foi um período muito difícil né, porque eu ainda era muito jovem, adolescente né. Como eu tinha passado 4 anos na primeira série. Com 14 anos eu estava estudando no centro de Canguaretama, à noite. Era um período difícil porque o pessoal tem um preconceito, ainda tem hoje, mas muito, muito, muito diferente de como era naquele período. Era um preconceito tremendo com o pessoal de Katu. A gente passava em cima da caminhonete indo para a escola às 18 horas. Até chegar lá no centro, onde passava, tinham pessoas que gritavam: “Lá vai os katuzeiro”. E gritavam pra fazer a bagunça mesmo. Eles tinham prazer de nos inferiorizar né, de forma pejorativa. Isso pra gente era muito ruim, porque a gente já saía com grande dificuldade da Aldeia para chegar ao centro né, e muitas vezes nem o jantar tinha: se você escolher, você escolheria jantar na saída alguma coisa que tivesse, ou na chegada, da volta de 11 horas da noite ou 11:30 da noite, quando a gente conseguia chegar de volta em casa. Então eu preferia deixar para comer o que tinha na volta, pois aí eu ia dormir com o bucho cheio, na verdade. E quando a gente passava, que esse grito “katuzeiro” ecoava no nosso ouvido, a noção de muita coisa ficava com a nossa ira, que a gente nem conseguia estudar direito na escola. Daí eles deixavam muito de aprender por causa disso. Não foi fácil! Inclusive, nós tivemos muita discussão por causa dessa forma que o pessoal do município de Canguaretama nos tratava né, como por exemplo: “ele é atrasado né!”. Diferente deles que já eram, estavam inseridos no grupo deles. Inclusive, lá eu não conseguia fazer amigos,

---

<sup>2</sup> Município onde se localiza a Aldeia Katu.

não conseguia fazer. Era um preconceito tremendo. As únicas pessoas que eu consegui me aproximar e dialogar naquele período, era com alguém que fosse também de área rural. Fiz um amigo que era do Maxixe que é outra comunidade rural que tem aqui no Município de Canguaretama. Esse era o único amigo que eu tinha, e dois ou três da própria Aldeia né, que também vieram estudar no centro. Ao contrário, os demais não tinham relacionamento conosco, só se fosse para mangar, para tirar sarro da nossa cara. Então, foi um período muito difícil! Eu tive alguma reprovação nesse período também, do ginásio, que a gente falava né, desde a quinta série até nono ano. Da quinta série até o nono ano a gente teve reprovações, pois naquele período eu cortava cana-de-açúcar durante o dia. Eu saía de casa com meu pai, mais ou menos quatro, cinco horas da manhã, pra ir pra um local chamado Fava Seca, para trabalhar na cana-de-açúcar. Era pra adubar a cana, limpar o mato da Cana ou cortar cana. E só voltava para casa às 16:30 que a gente tava retornando, mas como era longe! Era mais ou menos uma hora de caminhada para chegar em casa. Se eu chegasse às 17:30 em casa, só dava tempo pra eu correr para o rio, porque a gente não tinha banheiro, essas coisas né. Para tomar banho não existia chuveiro nesse banheiro, nada! Então eu corria para o rio, tomava um banho no rio, voltava correndo para casa, para chegar em casa, e aí já tava suado de novo. Aí eu passava um pano no corpo e botava uma roupa. Eu pegava o meu material que era um caderno (não tinha livro, não tinha nada) e um lápis, e eu tinha 30 minutos para fazer isso: tomar um banho, voltar pra casa, botar uma roupa e correr para o ponto da caminhonete, pra pegar essa caminhonete. Quando ela atrasava era 18:10 mais ou menos. Então era o tempo que eu tinha para ir para escola. Isso eu passei, o Ensino Fundamental II, praticamente todo nessa correria: trabalhando de dia na cana-de-açúcar ou em algumas empreitadas, e estudando né, nesse ritmo aí.

**Entrevistador:** O que o senhor contou é uma história de muita resistência, e sendo o senhor professor e o principal sujeito da luta pela educação, poderia falar como se deu a sua entrada na educação como educador?

**Cacique Luiz Katu:** Quando eu tinha sido aprovado na oitava série, eu tinha uma opção de fazer o magistério, que era um curso que estava sendo oferecido em Canguaretama no período, ou contabilidade. Eram os cursos que estavam sendo oferecidos a nível de segundo grau na época. E eu me encantei com o magistério! Algumas pessoas, amigos meus da comunidade, falando para mim que era uma boa oportunidade, e então eu fiquei

encantado pra fazer o magistério, aí eu fui me matricular no magistério. Na minha turma né, eu lembro que só tinham dois homens, o resto eram todas mulheres. Foi uma experiência muito, muito, muito grande para mim, porque eu era muito tímido. Eu lembro que durante todo o ensino fundamental eu sentava na última cadeira da sala. Ela podia tá quebrada, do jeito que fosse, que eu sentava lá. E eu não saía de dentro da sala. Só quando tocava para o intervalo que eu saía para tomar água. E era o último a sair da sala ou quando acabava a aula. E se eu saísse por algum motivo, eu não retornava mais, porque eu tava doente. Eu tinha vergonha de passar na frente dos meus amigos para ir resolver alguma coisa lá fora, eu tinha vergonha! Então, isso é uma coisa muito fechada que eu tinha, e eu sofri muito por causa dessa situação. Então foi muito difícil para mim fazer o magistério. E nesse período, de quatro alunos que foram fazer a quarta série do Ensino Fundamental, comigo né, do primário comigo em Canguaretama, só restava eu. Os demais tiveram ofertas de emprego fora da Aldeia, num período que o pessoal tava saindo muito, né. Porque quem não quisesse trabalhar na cana-de-açúcar, quando alguém oferecia alguma oportunidade para servente de pedreiro, auxiliar de pedreiro, qualquer outra coisa em outra cidade, ou até mesmo no Rio de Janeiro, em São Paulo - tem muitos parentes que tã lá ainda por esse motivo -, aí eles abandonavam tudo e iam, pois não estava mais havendo perspectiva aqui. Então, eu lembro muito do amigo Chicó. Ele foi para João Pessoa trabalhar como ajudante de pedreiro e hoje ele é padeiro lá. Não retornou mais para a Aldeia. Eu lembro do Aparecido que foi para o Rio de Janeiro também trabalhar como auxiliar de pedreiro e até hoje não retornou mais. Uma jovem também chamada Verônica que estudou comigo também continua no Rio de Janeiro. Quer dizer, esses que estudaram comigo, todos eles foram embora. Só eu que continuei na Aldeia e insistindo em estudar. Mesmo com as dificuldades de trabalhar na cana-de-açúcar, que é um trabalho sub-humano, é um trabalho muito, muito, muito escravo, escravo mesmo! Só quem trabalha no período de cana-de-açúcar sabe falar sobre isso. Então, no magistério foi mais difícil ainda, porque tinham muitos trabalhos, eu tinha que apresentar seminários, e aí eu sofri muito! Eu, inclusive, no primeiro ano, eu fui reprovado. Aí eu achei que não ia mais conseguir, porque não tinha o dom de me expressar. Mas aí eu comecei, que se eu quiser avançar, eu vou ter que fazer isso aí. Eu comecei a responder algumas questões, apresentar alguns seminários sucintamente, e aí eu consegui. O que me ajudou muito foi que na Aldeia abriu uma vaga para professor. Não tinha ninguém para assumir. Mesmo eu não tendo magistério completo, a professora Valda me convidou. Ela perguntou se eu queria ser o professor do 3º ano do primário na comunidade. Eu disse: “olha eu tô agora repetindo o primeiro ano do magistério,



mas eu não sei, se você entender que eu tenho a capacidade de lecionar, eu posso tentar!” E ela foi e me deu a oportunidade. Com essa oportunidade eu me instiguei para dar conta da missão. E eu peguei alguns alunos da Aldeia, juntamente comigo, e eu consegui me dar muito bem com eles. E isso me ajudou muito a sair daquela situação de recuo que eu tava falando, que não tinha coragem de ir apresentar, de falar. Então o meu treino de falar foi com os meus próprios parentes, crianças né, que começaram a estudar comigo. A partir daí, eu comecei, eu lecionava a tarde. Pela manhã eu tinha que continuar cortando a cana-de-açúcar, porque o salário... por isso que ninguém queria ser professor naquela época. O salário, eu lembro muito bem, eram 32 reais por mês. Esse era o salário pago pela Prefeitura Municipal de Canguaretama. E esse valor era o que eu ganhava por semana cortando cana-de-açúcar. Então meu pai disse: “não vai conseguir resolver as coisas com isso aí”. Aí eu disse: “é o seguinte, eu vou com o senhor cortar cana pela manhã, e à tarde eu vou dar aula.” Então ficou duas vezes mais difícil para mim, porque eu fiquei cortando cana pela manhã, lecionando à tarde e concluindo o magistério à noite. Então, os três turnos foram preenchidos. Então eu fiz, eu terminei o meu segundo grau. Eu fiz o magistério dessa forma: lecionando, cortando cana e fazendo o curso de Magistério. Essa foi uma dificuldade tremenda. Inclusive, eu trabalhava no corte de cana para um senhor, que hoje é um dos maiores exploradores da área da redondeza do Katu, que a gente está no Ministério Público contra ele por diversas situações de destruição da Mata Atlântica. Então, eu saía da Aldeia em uma caminhonete às 4 horas da manhã e chegava lá, a gente trabalhava até 11 horas. Para retornar, eu precisava de um tempo para poder continuar dando aula, aí eu fui falar com ele pra ver se o gerente conseguia resolver. Aí eu disse a ele que tava nessa situação de estudar, dar aula e ter que cumprir com minhas obrigações. Ele disse que eu resolvesse se eu queria cortar a cana, porque ele não ia fazer isso, não ia me favorecer por causa disso não, se fosse assim, a partir do outro dia, eu não precisava mais voltar mais para trabalhar para ele. Aí foi difícil, porque eu precisava do dinheiro também. Mas eu não voltei mais não! Aí comecei a pegar bico. Eu trabalhava com o senhor chamado Delcio Rogassiano, pra plantar batata, plantar inhame, essas coisas. E dessa forma, eu fui estudando, cortando cana, e lecionando até terminar o magistério. Quando eu concluí o magistério, houve uma melhora salarial aqui em Canguaretama, e eu comecei a ganhar 165 reais. Aí eu comecei a pesquisar e eu comecei lutar pela questão do direito indígena, porque eu sabia o quanto meus parentes também sofriam, porque não conseguiram concluir o ensino, em função dessa violação de direitos que eles tinham que optar: ou cortavam cana ou abandonava a Aldeia, porque estudar geralmente não era uma opção,



pois se estudasse corria o risco de morrer de fome. Então, para que essa opção chegasse aqui tinha que ter direitos garantidos. A partir daí, eu comecei a lutar por esse direito como professor.

**Entrevistador:** Eu reafirmo aqui que a sua história de vida, é uma história de luta e resistência. Continuando o mesmo raciocínio, pude perceber durante sua fala que as dificuldades que passou para chegar ao magistério, e as dificuldades que a população de Katu tem em relação à educação, numa escala micro, tem relação com o interesse dos coronéis em explorarem a mão-de-obra de vocês na cana-de-açúcar. E isso me leva ao terceiro ponto da entrevista: o senhor poderia falar como se deu a luta pela educação indígena na Aldeia, e se possível falar do estado do Rio Grande do Norte como um todo?

**Cacique Luiz Katu:** Em 2002 né, 2001/2002, a gente tinha perspectiva de fazer uma graduação que tava meio distante. Mas Vale do Acaraú, a Universidade Estadual do Vale do Acaraú, chegou no Estado do Rio Grande do Norte, e ofereceu né, a oportunidade da gente concluir a pedagogia em regime especial no Município de Canguaretama<sup>3</sup>. Foi feita uma reunião com professores que lecionavam e não tinham uma graduação para o município. Aí surgiu uma parceria para concluir, para essa graduação. Eu entrei nessa turma para fazer a graduação pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú, em 2002. A gente iniciou uma turma em Canguaretama, primeira turma no Estado do Rio Grande do Norte e a gente conseguiu concluir aí em 2004, que era regime especial e a gente conseguiu concluir a graduação. Foi nesse período que eu fiz alguns trabalhos voltados à defesa dos direitos originários, dos povos indígenas aqui do estado, em especial da Aldeia Katu. Foi nesse período que a gente começou a lutar e a puxar né, para visibilidade e, inclusive, bem próximo, que foi 2005, eu estive participando pela primeira vez, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, da primeira audiência pública de povos indígenas aqui no Rio Grande do Norte. Veja bem, então essa formação na universidade Vale do Acaraú foi muito importante, porque tive acesso a Câmara Cascudo<sup>4</sup>, eu tive acesso a tantos outros historiadores e antropólogos para fazer uma leitura mais aprofundada, e comecei a desafiar e solicitar uma releitura do que estava sendo posto aqui no Estado do Rio Grande do Norte com relação a historiografia oficial e com relação aos povos indígenas a qual eu pertencço.

---

<sup>3</sup> Essa situação tem relação com a política nacional de formação de professores, que começou a exigir a formação superior para aqueles e aquelas que desejassem continuar na docência.

<sup>4</sup> Luís da Câmara Cascudo foi um historiador do estado do Rio Grande do Norte.

Então comecei a desafiar isso, a contrariar, falar: “Isso aqui não é verdade, aqui não é verdade”, e me juntei às demais lideranças do estado, do Amarelão<sup>5</sup> lá em João Câmara, e de Açú, caboclos de Açú, lá no município de Açú. Então, a gente formou aí três Aldeias, que se juntaram para reivindicar a identidade indígena e as políticas afirmativas com relação aos povos indígenas no estado. Então, em 2005, foi a minha primeira fala em público e a primeira vez que eu apareci em uma gravação. E essa gravação com certeza tá lá nos arquivos da Assembleia Legislativa, nesta audiência pública do ano de 2005. Pela primeira vez, eu que falei, peguei o microfone, fui lá na frente porque eu me inquietei com as falas que estavam sendo feitas lá pelos representantes do Poder Legislativo e do Governo do Estado, e que falaram que nós éramos miscigenados, e toda aquela situação. Eu peguei esse microfone eufórico, e fiz um desafio e falei que nós não estávamos ali pra brincar, que eles fossem conhecer a Aldeia Katu, conhecer meu pai, conhecer a nossa luta, para ver o que nós estávamos falando, quem eram esses índios que estavam ali pedindo que seus direitos fossem cumpridos. A partir daí, o cenário começou a mudar com relação à história indígena. Então, eu, professor da Municipal João Lino, na época não era uma Escola Municipal Indígena, eu já fazia esse desafio, um trabalho na escola com relação à educação escolar indígena, voltado a reescrever a historiografia oficial do Estado do Rio Grande do Norte, colocando em pauta a visão dos povos indígenas, em especial eu tava puxado ali pela visão da Aldeia Katu. Voltando para 2002, eu como professor, eu consegui sensibilizar uma professora, que foi a professora Josilena, a participar comigo da organização de uma festa tradicional na Aldeia Katu, que era recuperar a festa de todos os santos, que é realizada no dia primeiro de novembro. E ela aceitou. E nós fizemos uma mobilização, organizamos, que era festa que meu avô, o pai de Dona Maria, que é minha mãe né, que criou lá. Ele quem organizava essa festa. Com o falecimento dele, essa festa tinha sido esquecida. E em 2002, a gente realizou a primeira festa de todos os santos na Aldeia Katu, depois da morte de seu João Neném, meu avô. Isso, juntando a escola com a comunidade. Era uma festa né, que trazia de volta apresentações culturais que aconteciam na época, com coco de roda né, com a junção da cultura negra com a indígena dentro da Aldeia, que era muito forte por causa de onde desagua o rio Katu. Em 2013, eu resolvi organizar a festa sozinho, para que não chamasse uma festa religiosa de todos os santos, mas que desse visão à luta indígena e à Agricultura Familiar. Aí ela começou a se chamar “Festa da Batata”, a partir daí até hoje, ela se chama “Festa da Batata”. É a festa mais

---

<sup>5</sup> Comunidade indígena do Amarelão.

antiga cultural dos povos indígenas do Rio Grande do Norte. E essa festa né, que eu criei, ela deu visibilidade tremenda a comunidade. Hoje, quase todas as Aldeias indígenas do estado tem uma festa também cultural e tradicional. É seguindo o exemplo da Aldeia Katu. E assim foi né, então a Festa da Batata é uma representatividade hoje, é esperada por toda a Aldeia no dia primeiro de novembro, e ela é muito, muito falada. Então, a gente conseguiu aí juntar essa luta cultural. A escola sempre participou das ações né, então foi muito, muito importante. Seguindo aí, nessa linha da minha participação, aí consegui participar da organização de todas as assembleias indígenas do Estado do Rio Grande do Norte. Em 2008, eu consegui né, juntamente com a o corpo docente e a gestão da Escola Municipal João Lino, a gente conseguiu apresentar a escola como a primeira escola indígena do Rio Grande do Norte. Então, eu encabeçava essa luta né, para que se tivesse uma escola indígena no estado. Só que a gente não conseguia legalizar, para ela registrar, o estado não dialogava conosco. O MEC<sup>6</sup> não dialogava conosco, então era um trabalho isolado da escola, mas a gente fazia ali já o trabalho de educação escolar indígena. Foi só em 2010, que a gente conseguiu colocar ela no Censo, a escola. Aí eu fiz uma mobilização com os pais para a auto-afirmação, a importância deles se auto-afirmarem no formulário do censo, que era um formulário impresso. Então a gente preenchia o formulário e entregava na Secretaria da Educação. A gestora na época, chamada Joana, foi sensível em aceitar fazer essa pesquisa com os pais. Aí, houve auto-afirmação e a gente levou esse formulário para Secretaria Municipal de Educação do Município de Canguaretama. E de lá, exigimos que eles nos colocassem no censo escolar, no EDUCACENSO<sup>7</sup> como escola indígena e como povo indígena. Aí pela primeira vez no ano seguinte, em 2010, essa escola apareceu como a primeira escola indígena no Rio Grande do Norte, no EDUCACENSO. No ano seguinte, em 2011, a gente continuou alimentando o sistema. Só que em 2011 e 2012, a escola desapareceu do Censo. A gente entrava no sistema EDUCACENSO para ver como é que estava, e ela tinha desaparecido, simplesmente desaparecido. O que acontece é que houve um entendimento entre o município de Canguaretama e a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, que a gente não tinha comprovação de que era indígena. Imagine ter uma escola indígena.

Então, mesmo que nós tínhamos marcado o formulário do censo, eles não alimentaram o sistema com essa informação. Veja bem a questão da tutela. Eles exigiram agora que a

---

<sup>6</sup> Ministério da Educação e Cultura.

<sup>7</sup> Censo escolar.

gente tivesse o registro administrativo indígena para poder alimentar o sistema, contrariando a Constituição Federal, mas mesmo assim eles tiraram do Censo. Com essa situação eu fiquei muito indignado, mesmo eu sendo professor, eu mobilizei a escola João Lino e provoqueei uma audiência pública na Câmara Municipal do município de Canguaretama, no ano de 2012. Essa foi a primeira audiência pública que aconteceu no Estado do Rio Grande do Norte dentro de um município né, para tratar especificamente de uma educação que o povo dizia que não existia, que era a educação escolar indígena. Nessa audiência pública, a gente convidou o Ministério Público, convidou Universidade, UFRN<sup>8</sup>, convidou várias pessoas do Governo do Estado, da Secretaria de Estado de Educação do Estado e do Município de Canguaretama (poder legislativo, executivo e a secretaria de educação) para participarem. Qual era o foco? Que eles nos explicassem porque nos retiraram do Censo, que formasse ali, e assinasse um documento garantindo a ratificação da informação, porque tinham cometido um crime conosco. Veja bem, o presidente da câmara, era um senhor chamado João Paulo, hoje ele ainda é vereador no município, ele que aceitou a audiência pública, assinou e tudo. Só que houve uma orientação, depois disso, que houvesse um boicote a essa audiência. E nós não sabíamos. Nós estávamos certos que a audiência iria acontecer normalmente. Mobilizamos a comunidade, pegamos um ônibus aqui na Aldeia Katu, a Aldeia Sagi Trabanda veio junto, que é próximo daqui, na Baía Formosa, né. Então o cacique Manoelzinho de Sagi Trabanda veio conosco, e alguns indígenas lá pra participar da audiência. E Taíse, a liderança da comunidade do Amarelão, lá de João Câmara. A FUNAI também estava presente, sendo que em 2011, eu participei também da mobilização para a implantação da FUNAI no Estado do Rio Grande do Norte.

Na Câmara Municipal do município de Canguaretama, houve o boicote. A câmara estava fechada. O funcionário que estava lá dentro, que era o zelador né, o vigia que ficava lá, ele disse que não tinha nada avisado para ele, que naquele dia a câmara estava fechada e não ia acontecer nada. Aí eu falei: “mas o senhor tem contato com o pessoal?” Aí ele disse: “eu tenho!” Aí, eu, pela brecha da porta, eu estava com a cópia do ofício, e aí eu passei para ele dar uma olhada. Aí ele disse: “não me avisaram nada não!” Ele ficou nervoso, mas não tinha nada a ver, não tinha culpa da situação. Aí, a gente pediu pra ele fazer contato, e o pessoal disse que não sabia e começaram a dar desculpas que estavam

---

<sup>8</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

em reuniões, que não podiam vir. Chamei os parentes e a gente formou um grande toré<sup>9</sup> em frente à Câmara Municipal. Interditamos a rua da Câmara Municipal de Canguaretama. E a gente começou a cantar e também falar algumas palavras de ordem, dizendo que só sairíamos dali quando os vereadores que estavam boicotando a primeira audiência pública para falar de educação escolar indígena no estado e no município, eles chegassem para que ela acontecesse. A gente fez mais ou menos 2 horas de toré, e nessas 2 horas de toré, foram aparecendo um a um desses vereadores. Então a gente conseguiu atingir uma média de 50%, e na época eu acho que eram 13 vereadores que o município tinha. Apareceu mais ou menos uma média de 50%. Aí entramos e conseguimos falar com esse 50% dos vereadores. A fala já não foi a mesma né, foi mais exaltado os ânimos e tudo, mas firmamos alguns compromissos: um foi a retificação do Censo e o crime que cometeram, o outro foi que o município reconhecesse a escola indígena na lei orgânica e colocasse, e que a câmara aprovasse o nome da escola indígena, alterasse o nome da escola de Escola Municipal João Lino para Escola Municipal Indígena João Lino. Então a câmara aprovou, votou e saiu a lei e, a partir daí, não tinha mais como falar: “não, lá não tem mais escola indígena!”. Foi graças a essas lutas né, essa audiência pública, essa participação efetiva, que a gente liderou.

**Entrevistador:** Que história! O senhor poderia também falar de algumas questões específicas da Escola Municipal João Lino, como conteúdos, gestão e outras questões que achar relevante e que se relacionam com a luta de resistência de vocês?

**Cacique Luiz Katu:** Isso estava tudo entrelaçado: a luta da escola, de ter um currículo específico, de concluir o projeto político pedagógico, regimento... tudo alterado com a legislação indígena. Aí, eu encabeçava toda essa luta, eu tinha que direcionar, eu tinha que fazer uma luta conjunta, de atender o meu trabalho de professor, e também de militância da causa indígena, do direito, pelos direitos sociais indígenas. Em 2013, eu fui convidado para ser um gestor dessa escola. Eu não aceitei, mas um irmão meu, envolvido em questão político-partidária, aí ele me convenceu. Ele me disse: “você vai conseguir realizar um sonho, que é legalizar a escola oficialmente, porque você vai ter acesso.” Eu entendi isso muito bem. Até porque não tinha ainda uma portaria do estado reconhecendo a escola como indígena. Eu aceitei, eu fui o primeiro gestor de escola indígena no estado do Rio

---

<sup>9</sup> Ritual com dança e música.

Grande do Norte. Em 2013, 2014 e 2015, a gente fez o projeto político pedagógico, o regimento e toda a grade curricular dela. E em 2015, a gente conseguiu receber a portaria do MEC e da Secretaria da Educação do Estado. Em função dessa luta, eu me desgastei muito no município, e em 2016, eles pediram minha exoneração, não aceitavam mais eu como gestor, porque eu não aceitava, eu queria que se cumprisse a resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação, que trata especificamente da educação escolar indígena. Se é uma escola indígena, tem que agir como tal, a legislação tem que ser aplicada. Eles não aceitavam a aplicação da resolução nº 3, que agora é a resolução nº 5, que substitui a número três. Mas, uma das questões que naquela época eu exigia, era a gestão democrática, eu não achava correto que a gestão continuasse sendo cargo comissionado. Aí, em 2014, eu consegui realizar naquela escola, o 1º Seminário de Educação Indígena do Rio Grande do Norte. Eu consegui realizar dentro da Aldeia com a presença do MEC, teve presente nesse seminário, a UFRN. Nesse seminário a gente conseguiu formular um documento conjunto, que se tivesse com urgência a gestão democrática na escola, que se legalizasse as demais escolas indígenas do estado, que se implantasse a língua originária em cada uma dessas escolas. Quando a comunidade recebeu a notícia de minha exoneração, ela resolveu fazer um abaixo-assinado com trezentas e poucas assinaturas de familiares da comunidade, solicitando que eu não fosse exonerado. Aí eu disse: “Por favor, não peçam que eu retorne ao cargo, porque eu não tenho interesse, eu aconselho que vocês peçam gestão democrática imediata”. E assim foi feita. E isso gerou uma reunião de emergência dentro da Aldeia, pela primeira vez, com advogados, secretários, vereadores do Município de Canguaretama... tudo em um só local com a comunidade. Nessa exoneração, e que já estava com a portaria, era uma não indígena. Porque na época tinha uma luta muito grande dos evangélicos para acabar com essa história de indígena, pois se apresentavam contra a nossa forma de fazer o toré sagrado, do nosso povo. Não admitiam ver no pátio de uma escola, ver crianças girando, cantando a mãe natureza, e um pajé fazendo a fumaça do cachimbo sagrado. Aquilo horrorizava, feria alguns evangélicos. Então foi um enfrentamento muito grande. Aí, na reunião, eu pedi a fala e disse que se isso não se resolvesse, a escola iria ficar sem gestão até ser resolvido isso no Ministério Público Federal. Houve uma grande discussão, houve falas na comunidade também. E acredite, até então, a escola ficou quase dois meses ou dois meses um pouquinho sem gestão. A partir daí, a gente se reuniu na escola, e elegeu interinamente uma indígena para a gestão. Saiu a primeira gestão democrática do Estado do Rio Grande do Norte em uma escola indígena.



**Entrevistador:** O senhor quer falar alguma coisa que não lhe tenha sido perguntado?

**Cacique Luiz Katu:** Não. Eu só agradeço por essa sensibilidade que vocês têm conosco.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde:** escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere:** notas sobre o Estado e a política. 4 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a Organização da Cultura.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

MARTINS, Marcos Francisco. **Educação não escolar:** discussão terminológica e mapeamento dos fundamentos das tendências. Revista Contrapontos - Eletrônica, Itajaí, v. 16, n. 1, 2016. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/7609#:~:text=O%20artigo%20problematiza%20as%20terminologias,sustentado%20no%20materialismo%20hist%C3%B3rico%20dial%C3%A9tico>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. **Mesa-redonda** - Freire e Saviani: proximidades e distanciamentos. GPTeFE (Grupo de Pesquisa Teorias e Fundamentos da Educação) e PPGEd (Programa de Mestrado em Educação), Sorocaba, 2016.



## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA


A LUTA PELA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COMO RESISTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA: ENTREVISTA COM O CACIQUE LUIZ KATU

### Samuel Penteado Urban

Doutor em Educação Científica e Tecnológica

Professor Adjunto II na Universidade do Estado do Rio Grandedo Norte, Departamento de Educação, Patu/RN, Brasil.

samuelurban@uern.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0037-5270>

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### HISTÓRICO

Recebido em 01 de agosto de 2021

Aprovado em 19 de agosto de 2021

